

INQUÉRITO DO GOLPE

Decano do Supremo ressalta a robustez das provas apresentadas pela corporação na apuração em que Bolsonaro é denunciado por atentar contra a democracia

Gilmar: investigação da PF é “exemplar”

» LUANA PATRIOLINO

Impressionado com a robustez da denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse, ontem, que o inquérito da Polícia Federal sobre a investigação da tentativa de golpe de Estado é “exemplar” e com todas as provas necessárias para a análise do caso. O decano avaliou a situação como mais complexa do que o Mensalão — o julgamento mais longo da história da Corte, que teve 53 sessões, em 138 dias.

“É algo que, se formos buscar uma comparação, por exemplo, com o Mensalão, vamos dizer: poxa, é algo — ainda que tenha a ver com democracia e liberdade de voto — totalmente diverso. A gravidade, portanto, dos fatos narrados é qualquer coisa de especial, e que se tem avançado tanto”, frisou, em conversa com jornalistas no Tribunal.

A PGR denunciou o ex-presidente Jair Bolsonaro e outras 33 pessoas por atos contra os Três Poderes e o Estado Democrático de Direito. Segundo o órgão, o ex-chefe do Planalto tinha ciência e participação ativa em uma trama golpista para se manter no poder e impedir a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.

A denúncia destaca um plano de assassinato contra autoridades e o apoio aos ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023 como a última cartada do grupo criminoso. Também foram denunciados o ex-ministro e ex-vice na chapa de Bolsonaro em 2022, o general Walter Braga Netto; e o ex-ajudante de ordens tenente-coronel Mauro Cid.

O decano elogiou o trabalho da Polícia Federal na elaboração do inquérito. Na avaliação dele, o documento foi desenvolvido com maestria, com a recuperação de documentos, áudios e mensagens, que reconstituem o que ocorreu.

“São elaborações muito bem-feitas. Temos a parte da documentação também e que foi guardada nos celulares, no computador; então, nós não temos, em princípio, que cogitar nada de teoria especial. Acho que, de tudo que eu já vi ao longo desses anos de inquérito, é um trabalho exemplar da Polícia Federal. Ela se dedicou com muita maestria a pegar informações nas nuvens e recuperá-las”, frisou.

“Você não dá golpe de Estado num prédio”

» DANANDRA ROCHA
» PEDRO GRIGORI

O ex-presidente Jair Bolsonaro criticou a denúncia da PGR de que tentou um golpe de Estado e classificou o 8 de Janeiro como uma “baderna”, mas não uma tentativa de derrubar a democracia.

“Você não dá golpe de Estado num prédio, você dá golpe em uma pessoa”, afirmou, em entrevista ao site de Léo Dias.

Ele também criticou a atuação do então ministro da Justiça, Flávio Dino, no dia dos ataques às sedes dos Três Poderes. Alegou que as imagens dos atentados não foram divulgadas em sua totalidade. “Ao não entregar esses vídeos, o golpe é do Bolsonaro? Mostra os vídeos! Ao não mostrar esses vídeos, isso foi apagado.”

Questionado sobre o motivo de os vídeos terem sido supostamente deletados, Bolsonaro respondeu que os ataques foram organizados pela esquerda: “Foi esse 8 de janeiro, programado pela esquerda. Nas imagens não mostra a turma

Felipe Sampaio / STF



Defesas no STF

A defesa de Bolsonaro pediu a exclusão dos ministros Cristiano Zanin e Flávio Dino da análise da denúncia. Os advogados argumentam que os magistrados devem ser declarados impedidos de julgar o caso porque já moveram ações na Justiça contra o ex-presidente. Também solicitaram a extensão do prazo de 15 para **83 dias**.

Para Gilmar Mendes, as estratégias das defesas dos envolvidos em tentar postergar o prazo das alegações não devem atrapalhar o trâmite do processo na Corte. “Não vejo que isso vá funcionar, mas é natural e é legítimo que se faça. Não parece que haja razão para a suspeição ou o impedimento. Somos um colegiado muito pequeno, então, o debate sobre impedimento ou suspeição, se nós formos muito concessivos nessa matéria, daqui a pouco falta gente para julgar. Você supõe que sejam pessoas que têm capacidade de autonomia para distinguir situações e não fazer confusões de caráter pessoal”, declarou.

A defesa de Braga Netto também solicitou que o STF reconheça a suspeição do ministro Alexandre de Moraes e que

Acho que, de tudo que eu já vi ao longo desses anos de inquérito, é um trabalho exemplar da Polícia Federal. Ela se dedicou com muita maestria a pegar informações nas nuvens e recuperá-las”

Gilmar Mendes, decano do STF

Rejeição

Na semana passada, Moraes determinou 15 dias para a defesa de Bolsonaro responder à denúncia da PGR — e rejeitou o prazo de 83 dias solicitado pelos advogados do ex-presidente.

o Tribunal indique outro relator para o caso. Para os advogados, como a PGR imputa ao ex-ministro o financiamento do plano chamado de Punhal Verde Amarelo — que previa o

monitoramento e até a assassinato de autoridades, inclusive, o próprio Moraes —, a imparcialidade necessária para o julgamento pode ser comprometida.

A denúncia do golpe está nas mãos da Primeira Turma do STF. A expectativa é de que os envolvidos tornem-se réus por unanimidade. O colegiado é composto por Moraes, relator, além de Luiz Fux, Cármen Lúcia, Flávio Dino e Cristiano Zanin. Esse último é o presidente da Turma e deverá marcar a data quando o caso for liberado para julgamento.

Os ministros Nunes Marques e André Mendonça, indicados pelo ex-presidente, ficarão fora do julgamento, pois pertencem à Segunda Turma, assim como Gilmar Mendes, Edson Fachin e Dias Toffoli. Antes do julgamento na Primeira Turma, são necessários alguns ritos procedimentais, como abertura de prazo para contestação das defesas.

Gilmar se colocou a favor de manter o julgamento na Primeira Turma e afirmou ser difícil prever quando o caso vai ser encerrado. “Não tenho condições de fixar (uma data). Certamente, depois da feita das defesas prévias, vai voltar ao relator, que vai examinar, preparar e pautar o recebimento ou não da denúncia.”

Reprodução/YouTube



Segundo Bolsonaro, foi a esquerda que organizou os atos golpistas

voltou a afirmar que vai concorrer às eleições presidenciais, mesmo proibido de disputar pleitos até 2030, condenado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por abuso de poder econômico e político. “Estou ineleigível porque me reuni com embaixadores”, disse.

Ele ainda admitiu que tenta convencer a ex-primeira-dama

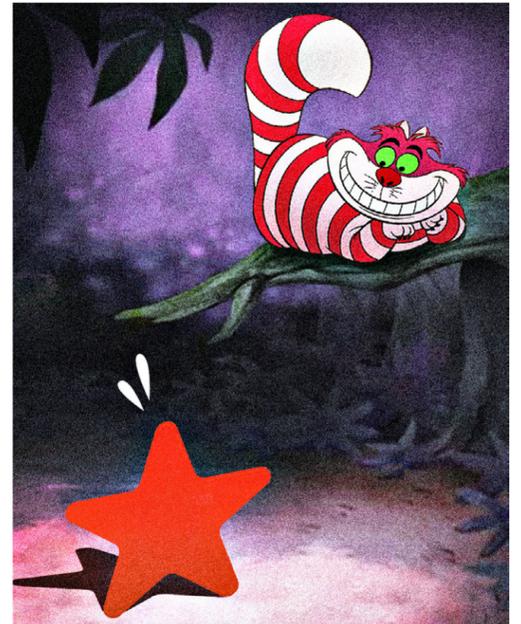
Michelle a se candidatar em 2026, mas com foco em uma vaga no Senado. “Ela se comunica bem, é evangélica, bem conhecida no país inteiro. Fez um trabalho discreto, mas muito profícuo enquanto primeira-dama, junto às pessoas que têm deficiência, que ficou marcado. Por isso, essa comção toda com o nome dela”, justificou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Lula está como Alice no país das maravilhas

É inesgotável o repertório de frases do livro de aventuras infantis *Alice no País das Maravilhas*, escrito por Lewis Carroll e publicado pela primeira vez em 1865. O autor cultivou amizade com três filhas do deão da faculdade onde lecionava, sendo que uma delas, Alice Liddel, durante um piquenique, em 4 de julho de 1862, pediu que o escritor contasse uma história. Carroll inventou uma série de peripécias de uma menina de 7 anos chamada Alice. Como era gago e tinha dificuldades para construir a narrativa oral, Alice pediu-lhe que escrevesse mais histórias.

Sete meses depois, estava pronta a primeira versão do manuscrito. Depois de mostrá-lo a um casal amigo, que leu o manuscrito para os filhos, Carroll se convenceu a publicar o livro, clássico da literatura infantil universal. *Alice no País das Maravilhas* descreve as aventuras de uma menina que, adormecendo num campo, sonha que mergulha numa toca de coelho. Caindo através das entranhas da terra, chega ao País das Maravilhas, no qual conhece criaturas estranhas, como o Gato Que Ri, o Chapeleiro Louco, os dois gêmeos e Suas Majestades Reais, o Rei e a Rainha de Copas. A obra tem tido várias interpretações, que encantam as crianças e, também, os adultos.

Caótico, o País das Maravilhas é um reino no qual a Rainha e o Rei de Copas, por exemplo, têm súditos que são um baralho de cartas, e onde todos os animais (exceto o porco/bebê) têm as atitudes irritantes, choramingas, reclamonas. Ilógico e irracional, a mudança repentina de tamanho do país tem um efeito psicológico em Alice, que o torna ainda mais misterioso pelo absurdo.

O livro começa com a entediada Alice sentada ao lado de sua irmã, sem nada para fazer, à beira de um riacho, ouvindo-a ler um romance. Alice é uma garota distraída. Enquanto sua imaginação corre solta, numa realidade paralela, ela vê um coelho branco, produto de sua imaginação, que desperta a curiosidade dela dizendo: “Ai, ai! Eu vou chegar atrasado!”.

Quando viu o coelho tirar o relógio de bolso de colete, olhar as horas e apressar o passo, Alice deu um pulo, pois passou pela sua cabeça que nunca na vida tinha visto um coelho vestindo um colete, muito menos usando um relógio, e, morta de curiosidade, saiu correndo pelo campo atrás dele e chegou bem a tempo de vê-lo se enfiar apressadamente dentro de uma toca enorme. Alice fica em apuros por causa de sua curiosidade. Cai de uma altura de milhares de quilômetros. Quando ela se defronta com uma nova realidade, pergunta-se: “Tenho uma vaga lembrança de ter me sentido um pouquinho diferente, mas se eu não for a mesma, a próxima pergunta é: quem sou eu? Essa é a questão!”.

Alice no País das Maravilhas surgiu numa roda de conversa sobre conjuntura, na qual um dos interlocutores comparou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Alice. Para ele, o chefe do Executivo está vivendo uma realidade paralela, perdeu a conexão com a vida de seus eleitores tradicionais e, também, não consegue estabelecer sintonia com as camadas mais jovens da população, o que explicaria os atuais índices de rejeição e a baixa popularidade.

Outro interlocutor aproveitou a deixa e resumiu a situação de Lula, um dos diálogos mais famosos do livro:

“Onde fica a saída?”

Perguntou Alice ao gato que ri.

“Depende”, respondeu o gato.

“De quê?”, replicou Alice.

“Depende de para onde você quer ir...”

Essa é a exata situação em que o governo Lula se encontra. Desde as eleições, a agenda do governo é uma reforma ministerial supostamente com dois objetivos: melhorar o desempenho das políticas públicas e consolidar um bloco de sustentação no Congresso que lhe garanta a chegada às eleições de 2026, sem passar por uma crise institucional. Entretanto, os aliados não sabem para onde Lula pretende ir. Se busca ampliar o governo em direção à conciliação com o centro ou pretende apostar na radicalização e polarização política com Bolsonaro, que são coisas excludentes.

O episódio da demissão da ministra da Saúde é bem emblemático. Ontem, Lula se reuniu com Nísia Trindade. Na sequência, recebeu Alexandre Padilha. O encontro com Nísia aconteceu horas depois de os dois terem participado de um evento no Palácio do Planalto para anunciar o acordo para produção de vacinas contra a dengue, no qual Nísia fez um discurso de 30 minutos e foi muito aplaudida. Lula não disse uma palavra.

Fritada pelo Palácio do Planalto, a situação da ministra se tornou insustentável. Sua substituição pelo ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, porém, não significa a ampliação da base de sustentação do governo no Congresso. Com um orçamento de R\$ 229,39 bilhões, a pasta está sendo tratada como uma plataforma eleitoral.